

**Intervenção inicial da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa
no debate na especialidade da proposta de Orçamento do Estado para 2016,
na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa da
Assembleia da República
24 de fevereiro de 2016**

Muito boa tarde Senhora Presidente desta Comissão, Dra Teresa Leal Coelho, muito boa tarde Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos aqui hoje, eu própria o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e a Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, para esclarecer as Senhoras e os Senhores Deputados acerca da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2016 e da proposta de lei das Grandes Opções do Plano, no que à Presidência e Modernização Administrativa diz respeito.

Cabe-nos enquanto tal a direção, tutela ou superintendência da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, um serviço partilhado que apoia ainda os Senhores Ministro-Adjunto, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e Ministro da Cultura, o Centro Jurídico (CEJUR), o Centro Informático do Governo



(CEGER), o Instituto Nacional de Estatística, a Agência para a Modernização Administrativa, a Estrutura de Missão para a Inovação Social (EMPIS), para além da coordenação de algumas ações transversais.

Aproveito a esta curta intervenção inicial para apresentar os três principais objetivos políticos que o Governo se propõe cumprir.

São eles os seguintes:

- Em primeiro lugar, **retomar o Simplex, nas vertentes da simplificação legislativa e administrativa, como grande programa transversal**

Para esse efeito, mas com um impacto mais alargado, estimularemos uma cultura de inovação no setor público e também no setor social.

- Em segundo lugar, **continuar a política de modernização da rede de atendimento dos serviços públicos, nomeadamente através da abertura de Lojas e Espaços do Cidadão, do desenvolvimento do Portal do Cidadão, e de outros canais que possam ser ainda mais amigáveis para o cidadão.**
- E em terceiro lugar, **usar as tecnologias de informação e comunicação para melhorar a eficácia e eficiência das polícias públicas, definindo uma visão para os próximos 4 anos.**

Retomar o Simplex

Retomar o programa Simplex, envolvendo toda a Administração Pública central e ainda medidas de colaboração com a Administração Local e regional, é o nosso primeiro **objetivo** para a ação governativa no ano de 2016, que gostaria aqui de destacar.

Como temos vindo a referir, ele constitui um instrumento importante da reforma do Estado, entendida como um conjunto de ações que modernizem o modo como os serviços são prestados, suprimindo tarefas desnecessárias, agilizando as respostas da Administração Pública através da fixação de níveis de serviço, tornando a comunicação mais clara com o cidadão, eliminando entraves injustificáveis e reduzindo custos de contexto. Pretendemos desse modo aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições, facilitar o investimento e a competitividade e melhorar os resultados do esforço desenvolvido pela Administração Pública.

Para que o programa cumpra estes objetivos, o Simplex deve ser, desde o início, uma parceria participada por Governos, central, local, regional, cidadãos, e

dirigentes e funcionários públicos, que vá desde a definição das prioridades, o desenho das medidas, a sua implementação e a sua avaliação.

Pretendemos ser ousados na forma como pensamos as medidas, por exemplo, não nos bastando com simplificar uma licença aqui, mantendo incólume outra acolá, necessária para mesma atividade. Devemos apostar em serviços mais integrados por eventos de vida, como “iniciar uma atividade económica”, ou “encontrar emprego”, em estreita colaboração entre todos os serviços públicos e até privados e sociais que concorrem para o efeito.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Governo começou já a Volta Simplex, que desde Janeiro está a percorrer todas as capitais de Distrito e as Regiões Autónomas. O Programa Simplex 2016, refletirá os mais de 407 contributos recebidos, incluindo as sugestões recebidas no e-mail “Participa”, bem como propostas dos nossos dirigentes e funcionários. Será apresentado publicamente no mês de Maio.



Podemos desde já antecipar situações frequentemente referidas a que preciso dar resposta: por exemplo, no que se refere à integração de regimes de licenciamento, à multiplicidade de portais na Administração Pública, às diferentes plataformas de contratação pública, à duplicação da entrega de documentos ou ao prazo de validade de certas certidões.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Simplex não pode também deixar de preocupar-se com a lei, sob pena de o esforço que se faz em matéria de simplificação de procedimentos vir eternizar-se. Por isso a simplificação legislativa merece desde o início deste governo uma atenção especial.

O Governo está apostado em desenvolver um planeamento adequado da sua produção legislativa, limitando a sua atividade ao necessário, evitando alterar diplomas sem avaliar os resultados dos regimes que se modificam e incorporando os princípios de simplificação na nova legislação aprovada.

Para tanto foram estabelecidas algumas regras no Regimento do Conselho de Ministros, que temos vindo a respeitar, nomeadamente as seguintes:



- O Conselho de Ministros tem natureza deliberativa, em princípio, apenas uma vez por mês;
- Os decretos-lei deste Governo são apenas aprovados quando devidamente acompanhados da regulamentação por eles requerida;
- É exigido parecer da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sempre que do impulso legislativo resultem encargos administrativos ou custos adicionais.
- São fixadas 2 datas por ano para a entrada em vigor dos diplomas que alterem o quadro jurídico das empresas – 1 de janeiro e 1 de julho.

Constitui ainda uma preocupação do Governo acompanhar **o ciclo de vida de alguns diplomas mais exigentes ou inovadores**, nomeadamente quando a sua aplicação depende do desenvolvimento de plataformas informáticas, da formação a ser dada aos funcionários e naturalmente da clareza da informação a disponibilizar aos seus destinatários.

Senhoras e Senhores Deputados

Estimular uma cultura de **inovação no setor público** em sentido amplo é fundamental para podermos desenvolver alguns dos projetos mais disruptivos, aqueles cujos resultados não dependem apenas de fazer melhor o que já se fazia

antes, mas que exigem prestar o serviço de modo diferente, por exemplo, através de um balcão único, em colaboração com outros serviços públicos, sociais ou privados. Para diminuir o risco destes projetos é importante experimentar primeiro, corrigir se necessário e só depois alargar. Na sequência de outras boas iniciativas europeias congéneres, vamos montar um laboratório para a inovação no setor público, promovendo a colaboração entre inovadores de diferentes setores, mobilizando conhecimento e criatividade dos nossos centros de investigação, incubadoras, start-ups, entidades privadas e serviços públicos.

Senhora Presidente e Senhores Deputados, o nosso **2.º compromisso** político é o de **continuar a as Lojas e espaços do Cidadão**

As lojas do cidadão foram e são um projeto exemplar de serviço público que começou em 1999.

A 2.ª geração de lojas, iniciada em 2007, representou o início de uma forte colaboração com a administração local, sem a qual este serviço nunca poderia ter-se multiplicado da forma como aconteceu.

O projeto foi praticamente interrompido em 2011 mas foi felizmente retomado em 2014, com o programa Aproximar.



Em 2016, será dada continuidade à estratégia de expansão da rede de Lojas e Espaços de Cidadão, alargando a rede de serviços de proximidade e racionalizando os custos com instalações.

No decurso de presente ano foram já inauguradas 2 Lojas de Cidadão, em Mafra e Sardoal, estando atualmente outras 4 em obras em fase de acabamento – Santarém, Sintra, Belmonte e Valongo, que contamos abrir durante os 2.º e 3.º trimestres de 2016.

Em fase de projeto ou de concurso de empreitada encontram-se 12 futuras lojas do cidadão. Teremos ainda de analisar pretensões antigas e esquecidas de outros municípios.

Relativamente aos Espaços do Cidadão, serão definidas prioridades para a abertura destes balcões de atendimento, estando a AMA estudar os mecanismos de financiamento que o permitam, através do SAMA e dos programas regionais, sendo também nossa intenção acrescentar novos serviços considerados relevantes pelos utentes dos espaços tal como as marcações de consulta.

Acresce ainda referir um outro instrumento de promoção de serviços públicos de proximidade que será dinamizado em 2016: **a unidade móvel**. Trata-se de um conceito que pretende fazer evoluir a atual loja móvel de Palmela, aberta ainda em 2011, introduzindo condições de acessibilidade para cidadãos com mobilidade

condicionada. Estão protocoladas neste momento em regime piloto 4 unidades móveis destinadas aos 14 municípios da CIM de Viseu Dão Lafões.

Melhorar o atendimento passa também por disponibilizar serviços eletrónicos simples de utilizar e fáceis de encontrar. É essencial evitar a multiplicidade de portais e de senhas para acesso a informação de serviços públicos, e conseguir que o acesso seja possível através de um único portal, no caso o Portal do Cidadão. É ainda indispensável continuar a explorar outros canais, como o telefone móvel, para disponibilizar serviços e notificações de forma simples e próxima.

Finalmente, daremos toda a atenção a avaliação da satisfação dos nossos utentes. É muito importante, para a Administração Pública e para os cidadãos, que estes tenham ferramentas amigáveis e facilmente disponíveis para avaliar a qualidade dos serviços públicos que utilizam, para criticar, sugerir e também elogiar se for o caso.

Neste sentido, já em Fevereiro alargaremos a todas as Lojas e Espaços do Cidadão o sistema de avaliação automática do atendimento presencial (baseado na simplicidade de premir botões de “smile”).

Senhora Presidente e Senhores Deputados, defini o nosso **3.º objetivo** principal como sendo o de **implantar uma visão TIC 2020**.

Tendo por base o trabalho realizado por anteriores executivos na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o Governo encontra-se a trabalhar sobre **uma estratégia comum e integradora**.

Os dois pilares desta Visão TIC 2020 são **a maior eficácia e a maior eficiência** da Administração Pública. Eficácia, porque queremos simplificar a vida dos cidadãos e das empresas, já referida a propósito do Simplex, usando a capacidade transformadora das TIC. Eficiência, detetando as oportunidades que nos permitem racionalizar os recursos existentes.

Destes dois pilares derivam 3 eixos fundamentais para a ação do Governo.

O **primeiro** eixo, denominado de “**integração e interoperabilidade**”, agrega as medidas ligadas à interoperabilidade dos sistemas de informação da Administração Pública, bem como à governação das TIC.

O **segundo eixo de** ação, denominado de “**partilha de recursos**”, reúne as medidas relativas à racionalização de recursos, alargamento da utilização de serviços partilhados e redução dos custos associados com a função informática, e permitirá continuar a desenvolver, entre outras, iniciativas já em curso que pretendem obter vantagens da utilização de serviços na nuvem, da rentabilização da capacidade instalada nos centros de dados da Administração Pública, ou da constituição de uma rede de comunicações multisserviços comum da Administração Pública.



Numa lógica de partilha, precisamos também de reforçar as nossas competências TIC dentro da Administração Pública. Ela perdeu em 3 anos (2012-2014) 8,4% dos seus quadros TIC e apenas 5,2% dos colaboradores tem menos de 34 anos. Vamos lançar um projeto piloto, integrado na iniciativa dos centros de competência, que permita experimentar e testar modelos de Contratação e Atração de Talento.

Por fim, o **terceiro eixo** de ação, denominado de “**inovação e competitividade**”, visa a promoção de soluções inovadoras e em código aberto, por exemplo a consolidação do posto de trabalho digital assente na desmaterialização dos processos, permitindo assim o trabalho em mobilidade.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Como acho que terá ficado claro, qualquer destes três eixos assenta num forte cultura de colaboração intersectorial entre todos os serviços da administração central (várias medidas no próximo Simplex serão fruto disso), vencendo os tradicionais silos que tanto a têm prejudicado, assenta numa colaboração com outros níveis de administração, local e regional, mas também com a União Europeia, para evitar a importação de encargos administrativos exagerados através da respetiva legislação; e assenta numa cultura de inovação, para podemos melhorar a qualidade dos serviços, no quadro das dificuldades e constrangimentos



XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

que enfrentamos, e responder às expetativas dos cidadãos que nos confiam os seus impostos.

Estamos agora à disposição das Senhoras e Senhores Deputados para responder a qualquer questão que entendam dever colocar-nos. Pela nossa parte, muito obrigado pela vossa atenção.